



Ata n.º 2

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Investimento na Agricultura (DIA), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos 28 dias do mês de outubro de 2022, o júri designado por despacho do Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 7 de junho de 2022, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: Rui Manuel Cabral Carreira Coelho, Diretor de Serviços de Investimento;

1ª Vogal Efetiva: Salomé Maria Travado Bulhões, Chefe de Divisão de Investimento na Agricultura, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2ª Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

A Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

VI. Notificação aos candidatos

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 4 candidatos a seguir identificados:

- Ana Margarida Alcântara Fale Pais
- Hélia Filipa Ramos Coelho
- João César Cunha Landeiro Manteigas
- Manuel Jorge Guerra Mocho

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual e da Oferta de Emprego OE202207/0870, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 27 de julho de 2022.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:

- Ana Margarida Alcântara Fale Pais
- Hélia Filipa Ramos Coelho
- João César Cunha Landeiro Manteigas
- Manuel Jorge Guerra Mocho



III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisada as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, os seguintes:
 - Ana Margarida Alcântara Fale Pais
 - Hélia Filipa Ramos Coelho
 - João César Cunha Landeiro Manteigas
 - Manuel Jorge Guerra Mocho
2. Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202207/0870.
3. Ainda nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, os métodos de seleção serão aplicados num único momento.

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 16 de novembro de 2022, pelas 10H00 para a Prova de Conhecimentos (PC) e pelas 14H30 para a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.

Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

1º Vogal Efetiva

2º Vogal Efetivo


Rui Manuel Cabral Carreira Coelho


Salomé Maria Travado Bulhões


Rui Manuel Gonçalves Paulo